


**Celso Ming**

celso.ming@estadao.com

## Taxação dos importados até US\$ 50

O presidente Lula já avisou que pretende vetar a taxa de importação das compras internacionais de até US\$ 50 (cerca de R\$ 260) hoje isentas de impostos federais – se o Congresso assim o decidir.

A proposta de taxa de importação foi incluída no projeto de lei que cria o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), que institui incentivos para a indústria de veículos.

A matéria é objeto de divergências no Congresso e no governo que, paradoxalmente, embaralham forças hoje polarizadas sobre os demais temas da política. Na primeira ponta desse cabo de guerra estão as entidades que defendem os interes-

ses da indústria de transformação, especialmente a de confecções, e os do comércio varejista. Com apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira, argumentam que a isenção produz concorrência desleal a seus negócios, na medida em que a maioria das mercadorias de até US\$ 50 provém da China, onde é produzida com subsídios e baixos custos trabalhistas.

Alegam, ainda, que os maiores beneficiários dessa vantagem são pessoas de renda mais alta (acima de cinco salários mínimos), conforme pesquisa da CNI e do Instituto de Pesquisa e Reputação e Imagem.

Na outra ponta, a chinesa Shein, um dos maiores e-commerce em operação no País, re-



futa as entidades. Cerca de 88% dos consumidores que compram na sua plataforma no primeiro trimestre de 2024 pertencem às classes C, D e E, conforme aponta pesquisa da Ipsos.

Políticos do PT e do PL, de olho nas eleições, não querem cortar benefício que favorece a população de baixa renda. O argumento técnico apresentado é o da equidade social. É o de que esses consumidores não têm po-

der aquisitivo para viajar para o exterior, como os das classes média e alta, e lá comprar mercadorias com isenção alfandegária, no comércio comum ou nos *duty free*s. Poderiam acrescentar que qualquer morador de cidades fronteiriças do Brasil, como Foz do Iguaçu, Ponta Porã, Jaguarão e Chuí, a qualquer momento, pode comprar nos *free shops*, esses mesmos produtos isentos até pelo dobro do limite.

O presidente Lula entende que essas mercadorias não passem de “bugigangas”. De fato, não são máquinas, computadores, aparelhos eletrônicos sofisticados. São quase sempre objetos de uso pessoal. Nos próximos dias um acordo político poderá definir eventuais mudan-

ças nas regras de tributação.

No entanto, a questão mais relevante não está sendo encaráda. Trata-se, outra vez, da falta de competitividade da indústria e do comércio, até para enfrentar a entrada de produtos que não embutem nenhuma sofisticação tecnológica. Apesar da enorme carga de proteção, das reservas de mercado, dos subsídios e dos seguidos favorecimentos fiscais com que se beneficiam (caso dos Refis), sucumbem miseravelmente a essas pressões comerciais.

A solução não está na construção de barreiras alfandegárias, mas no fortalecimento da indústria e do comércio local. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

### ERA DO CLIMA: Economia Verde

## Mercado ‘oficial’ de carbono no País ainda depende de regulamentação

Proposta, que não é consenso no setor, passou pelos senadores, mas foi modificada na Câmara e precisará retornar ao Senado

BEATRIZ BULLA  
LUCIANA DYNIEWICZ  
DANIEL NARDIN  
ESPECIAL PARA O ESTADO

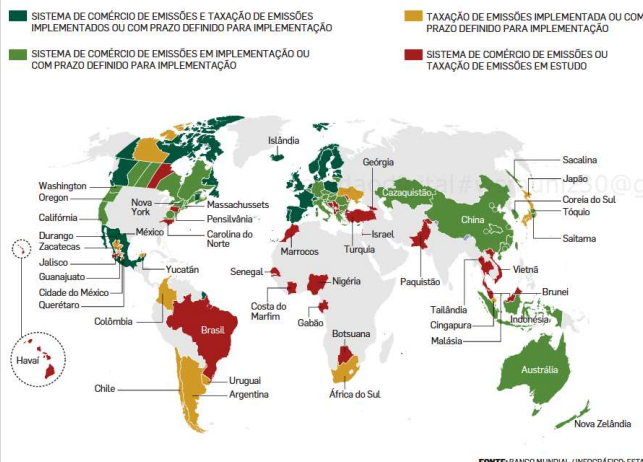
O mercado voluntário de carbono em que a *re.green* atua avança no Brasil, mas não sem passar por dificuldades decorrentes de uma crise global de credibilidade. A desconfiança no setor começou em janeiro do ano passado, quando o jornal inglês *The Guardian*, a revista alemã *Die Zeit* e a organização de jornalismo investigativo sem fins lucrativos SourceMaterial publicaram uma reportagem que mostrava que grande parte dos créditos de carbono reconhecidos pela Verra (a maior certificadora do mundo na área) não compensavam emissões como deveriam.

O mercado regulado, por sua vez, depende do avanço de discussões no Congresso. “É inaceitável o tempo que estamos levando para ter uma lei”, afirma Arthur Ramos, especialista em clima, sustentabilidade e energia, da consultoria Boston Consulting Group (BCG).

De acordo com o projeto de lei que está em tramitação, o Brasil terá um sistema de co-

### MERCADO MAPEADO

Como está o desenvolvimento do mercado de crédito de carbono no mundo



FONTE: BANCO MUNDIAL / INFOGRÁFICO: ESTADO

mércio de emissões de gases semelhante ao adotado na União Europeia. Esse sistema se baseia no mecanismo de “cap and trade” (limite e comércio em inglês), em que são estabelecidas cotas de emissões para os entes regulados (empresas, por exemplo). Quem emitir menos toneladas de CO<sub>2</sub> que sua cota pode vender a diferença para quem ultrapassou seu limite.

O projeto foi aprovado no Senado e encaminhado à Câmara

no ano passado. Em dezembro, deputados fizeram alterações e, agora, o texto precisará ser novamente debatido por senadores e retornar à Câmara. No Senado, ainda não há um relator.

“Vejo muito interesse do governo em aprovar com brevidade um projeto. O que tenho ouvido, no entanto, é que há um desalinhamento entre Senado e Câmara, e esse projeto está no meio de um bolo de diversas iniciativas que dependem de um

certo consenso das casas para avançar”, afirma Antonio Augusto Reis, advogado e sócio de direito ambiental e mudanças climáticas do escritório Mattos Filho.

Outros atores envolvidos na discussão, porém, afirmam que o projeto interfere no mercado voluntário de forma negativa. Segundo eles, isso tem preocupado empresas do setor. Uma dessas regras é a de que créditos negociados no mercado voluntário e exporta-

dos para um país teriam de ser registrados pelo sistema brasileiro que vai organizar o mercado regulado sempre que esse país comprador quiser usar o crédito para reduzir as emissões com as quais se comprometeu no Acordo de Paris. Esse sistema brasileiro será administrado pelo governo federal.

**DEBATE.** Essa, porém, é apenas uma das discussões em torno do projeto de lei que cria o mercado regulado e que estão travadas desde o começo do ano. “O Brasil está regulando seu mercado (de carbono), mas colocou um monte de artigos no projeto de lei que não precisariam estar lá. O cenário agora é o de que não tem como (o texto) continuar tramitando”, diz Yuri Ruggai Marinho, sócio da Econ, empresa que também desenvolve projetos de carbono.

**Regras próprias**  
Por enquanto, só contratos voluntários, que passam por crise de credibilidade, estão em vigor no Brasil

Segundo ele, o Brasil estava com um debate mais maduro para regulamentar o mercado em 2023. No ano passado, às vésperas da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP), o governo deu celeridade ao projeto, cujo texto estava alinhado às expectativas do setor privado. Agora, porém, há incerteza sobre como isso se dará.

De qualquer forma, ainda que o projeto seja aprovado neste ano, deve demorar para que o mercado comece a operar. O texto prevê, após a sanção do presidente, um prazo de até dois anos para a regulamentação. ●